

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

67

(INSCRIÇÕES 300-304)



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
2001

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas da Península Ibérica.

Solicita-se a colaboração de todos quantos tiverem directo conhecimento de achados.

O comentário onomástico deve ser breve e pode mesmo omitir-se. Pretende-se, todavia, uma descrição correcta da peça, uma indicação das condições do achado, uma leitura e comentário paleográfico, bem como indicação do paradeiro actual.

O FICHEIRO EPIGRÁFICO publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos.

As inscrições são numeradas de forma contínua ao longo dos vários fascículos, de modo a facilitar a preparação de índices, que serão publicados no termo de cada série de dez fascículos.

FICHEIRO EPIGRÁFICO is a supplement of CONIMBRIGA whose objective is to make available previously unpublished Roman inscriptions of the Iberian Peninsula. Contributions from all finders are welcome.

The onomastic and historic notes must, however, be very short. They can even be omitted, in which case the note in question will consist merely of a description of the object, of the conditions of its discovery, of a reading and paleographic commentary, and reference to present location.

FICHEIRO EPIGRÁFICO will be published in 16 page issues, of varying periodicity according to frequency of received notes.

The inscriptions will be numbered, the numbering being continuous along the issues, so as to facilitate the preparation of indexes, which will be published at the end of each group of ten issues.

Toda a colaboração deve ser dirigida a:

All contributions should be sent to the editors:

José d'ENCARNAÇÃO
Instituto de Arqueologia – R. de Sub-Ripas, P-3000-395 COIMBRA

Maria Manuela Alves DIAS
Av. Madrid, 24, 2º dtº, P-1000-196 LISBOA

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
CONSELHO DIRECTIVO DA FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA

Composto e impresso na G. C. – Gráfica de Coimbra, Lda.

Depósito Legal N° 21216/88

DEDICATÓRIA A JÚPITER,
DE TORRE DE MONCORVO

Durante trabalhos de lavoura na quinta de Vila Maior, que fica na planície do Vale da Vilariça e na margem esquerda da Ribeira dos Cavalos (freguesia de Cabanas de Baixo, concelho de Torre de Moncorvo), foi encontrado este fragmento do que supomos ter sido um altar, talhado no granito local. Está na posse do proprietário da quinta, a quem agradecemos a gentileza de nos haver deixado fotografar e estudar a peça¹.

Para eventual reutilização num muro, toda a molduração terá sido partida, restando-nos, porém, boa parte do texto.

Dimensões: 50 x 27 x 17.

Campo epigráfico: 37 x 20.

IOVI / OPTIM[O?] / MAX(*imo*) / VICANI / ⁵ ILEX[...]

A Júpiter Ótimo Máximo – os habitantes do vicus Ilex[...]

Altura das letras: 5. Espaços: 1: 12; 2 a 5: 1,3/2.

Atendendo à l. 1, a paginação parece ter obedecido a um eixo de simetria, tendo o *ordinator* colocado uma palavra em cada linha. Na l. 2, pode – ou mais provavelmente não – ter sido grafado o O final. Na l. 3, preferimos ler apenas MAX, com base no mesmo critério da simetria. Na l. 5 – em que a identificação do etnónimo

¹ O seu estudo foi apresentado no relatório final do curso de História (Variante de Arqueologia) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Julho de 2000, sob o título *Contributo para a Elaboração da Carta Arqueológica de Torre de Moncorvo* (p. 63 e 64). Teve a superior orientação do então docente da cadeira de Estágio Prático e Relatório Final, Doutor José d'Encarnação, a quem agradecemos todo o apoio concedido para a sua elaboração.

era fundamental – temos de nos limitar, por enquanto, a dar conta do que se pode ler, sem se adiantar uma interpretação: as duas barras (bem) verticais, de que se não vê o termo inferior, serão de preferência IL (e não II com valor de E), porque, apesar de só termos a metade superior, não nos parece duvidosa a reconstituição do X (semelhante ao da l. 3 e mais aberto que o V da l. 4); daí que, antes, se prefira E a B e, por conseguinte, II não teria sentido; por outro lado, se considerarmos que o primeiro I está no enfiamento do vértice do V da linha anterior, afigura-se-nos lógico pensar que não haverá antes nenhuma outra letra.

Os caracteres são actuários, ainda que denotando influência da capital quadrada, mormente na perfeita circularidade do O, no traçado largo do M e na regularidade do X. Barras horizontais curtas; travessão do A oblíquo, V apertado e de hastes levemente côncavas para o interior; P de pança breve e muito acima; na l. 4, o vértice inferior do C toca o A, porque o *ordinator* teve aí de poupar espaço para que a palavra lhe coubesse toda na linha.

Assim, o nome do *vicus* pode relacionar-se com o radical **il-**, presente em diversos topónimos e etnónimos registados na epigrafia hispânica: os *Iliberitani*, os *Ilipenses*, os *Ilerdenses*, os *Ilurconenses*, o *populus Iliturgitanus*... Também no âmbito da teonímia se poderiam registar semelhanças com as divindades *Ilurbeda* e *Ilurberrixus* (note-se, também neste, a presença do X).

Atendendo, porém, a que se trata de testemunho único, qualquer hipótese de reconstituição esbarra com essa dificuldade. Vamos esperar que outro documento possa trazer luz a este.

Em todo o caso, é de realçar a extrema importância documental da epígrafe, a testemunhar a existência de um *vicus*, e, por outro lado, a integrar-se no tipo de monumentos fundacionais, de que a ara da *civitas Cobelcorum* constitui, na não muito afastada Torre de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo)², significativo e o mais recente exemplo detectado e de que outra ara, essa da própria Vilariga (concelho de Torre de Moncorvo), o é também, porque dedicada por *Sulpicius Bassus* a Júpiter Ótimo Máximo *civitati Baniensium*³. Um hábito local ou uma realidade demográfico-administra-

² Cf. Helena FRADE in *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Lisboa, 2002, p. 417; IDEM, «Ara a Júpiter da *Civitas Cobelcorum*», *Ficheiro Epigráfico*, 58, 1998, n.º 266.

³ Cf. José d'ENCARNAÇÃO, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975, p. 186-188; e José Cardim RIBEIRO in *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Lisboa, 2002, p. 417.

tiva, em que cada ‘grupo’ era cioso dos seus ‘pergaminhos’? A futura investigação o dirá, certamente.

Pelo tipo de letra e pela sobriedade da paginação, é monumento datável da primeira metade do século I da nossa era.

SUSANA BAILARIM



300

ÁRULA VOTIVA ENCONTRADA EM ABRANTES
(*Conventus Scallabitanus*)

Existe em depósito no Museu D. Lopo de Almeida (Abrantes), desde há pouco tempo (2001), não tendo ainda recebido número de inventário, uma árula, de mármore do tipo Estremoz / Vila Viçosa, cuja textura compacta e cristalina é visível na face posterior, uma vez que a superfície frontal, mais sujeita à erosão, lhe empresta a aparência de um granito acinzentado. Relativamente bem conservada no seu aspecto global, apenas com ligeiras escoriações nos bordos, apresenta-se-nos trabalhada nas quatro faces, base moldurada por um cordão de dois toros, enquanto o capitel, de duas faixas salientes separadas por um toro, culmina por um bem cavado fóculo rectangular.

Não se lhe sabe, ao certo, a proveniência, embora se possa supor, pelas condições que levaram à sua identificação, que tenha tido origem na zona histórica da freguesia de S. Vicente, cujo contexto arqueológico terá necessariamente que se enquadrar no âmbito da histórica fortaleza de Abrantes.

Dimensões: 28 x 15/12 x 11,5/10 x 14/12,5.

Campo epigráfico: 12,5 x 11,5.

I(ovi) · O(ptimo) · M(aximo) · S(acrum) / [...] (?) / VOṬVVM
Voto consagrado a Júpiter Ótimo Máximo [...].

Altura das letras: l. 1: 2,5 (O = 2); últ. l. 2: 2,0 (O = 1,5).
Espaços: ?

Em virtude do desgaste geral a que a inscrição foi sujeita, a leitura da l. 1 oferece dificuldades. Contudo, e sobretudo após a visualização das fotos obtidas por ampliação e pelo seu tratamento em

suporte informático, em que o I inicial e o O seguinte parecem afirmar-se com bastante nitidez e o suposto M da tríade (bem marcado pelo final da haste direita) se impõe sem deixar alternativa, cremos terem-se, em princípio, dissipado as dúvidas.

Torna-se, porém, impossível determinar se foi epigrafada, ou não, a parte central do campo epigráfico, onde se nota uma zona martelada e ligeiramente mais rebaixada; haveria espaço para, pelo menos, mais uma linha e aí se poderia registar, por exemplo, a identificação do dedicante.

Apesar de tudo, a paginação crê-se não ter sido descuidada: houve preocupação de alinhamento à esquerda, procurando-se um eixo de simetria; o teónimo foi grafado em módulo maior, para melhor visibilidade e destaque; e os caracteres da palavra VOTVM, capitais actuários, conquanto algo irregulares (V oblíquo e assimétrico, OO de menores dimensões e não totalmente circulares, T encostado ao V e como que formando nexos, M com a última perna mais alongada), foram gravados em bisel e com ápices terminais levemente oblíquos, bem vincados, conferindo ao conjunto uma certa elegância e graciosidade. Lemos VOTVM; contudo, devido a uma eventual regravação posterior, o T encontra-se actualmente grafado como L; a leitura encontra justificação, por exemplo, numa ara de Caparide (Cascais) em que uma palavra de conotação semelhante – DONVM – está colocada no final, a assinalar a oferenda de dois sacerdotes (FE 24).

Este facto leva-nos a pensar na função primordial do monumento. Na verdade, as características formais do seu *foculus*, perfeitamente demarcado e amplo, mostram bem a adequação da peça a actos sacrificiais ou oferendas. Ou seja, enquanto que habitualmente a presença do fóculo mostra uma intenção de perpetuar cerimónias inexistentes, aqui, a função seria exercida de facto: a ara servia mesmo!

Tal circunstância incita-nos, por seu turno, a sugerir que – a estar mencionado na pedra (podia não estar, embora pareçam existir, como se disse, sinais de martelamento) – o dedicante, mais do que um indivíduo, poderá ter sido uma comunidade, a comunidade que se reunia no monte sagrado onde Abrantes teve origem. O altar comunitário para receber preitos de homenagem de todos.

Aliás, com esta inscrição aproxima-se das 70 o número de aras conhecidas em Portugal com dedicação a esta divindade (Júpiter Óptimo Máximo), quando, ao nível da área peninsular, o número das epígrafes respectivas ultrapassou há muito as duas centenas,

representando as da Lusitânia cerca de 30% do total¹. E é de notar também a coincidência de monumentos desta natureza aparecerem quase sempre em locais onde depois surgiram templos cristãos (igrejas ou capelas), denotando assim uma tendência para a continuidade de funções dos mesmos espaços até aos nossos dias. No caso vertente, é possível estabelecer uma relação entre o morro (*castellum*) de Abrantes com as igrejas de S.ta Maria do Castelo ou de S. Vicente, ali instaladas desde os primeiros tempos da monarquia portuguesa. Com efeito, na área do mesmo castelo tinham aparecido já, entre muitos outros vestígios que cobrem praticamente todas as épocas desde o Calcolítico, outra árula anepígrafa (ex-voto)² e uma estátua acéfala romana, de excelente factura³. Escavações sistemáticas precisam-se, em toda a área da fortaleza, pois os indícios são já deveras e de há muito significativos...

Trata-se, em suma, de uma epígrafe do maior interesse para a história de Abrantes. É certo que já se conhecia o *Iusiurandum Aritiense*, documento hoje desaparecido mas que se considerou proveniente da freguesia de Alvega, a cerca de 15 km, onde se registava uma das mais antigas referências a Júpiter Ótimo Máximo da Península⁴; mas o presente achado não é apenas mais um testemunho do culto a I. O. M., mas a sua tipologia excepcional abre todo um conjunto de perspectivas, assumindo desde já particular relevância a questão do papel desempenhado pela fortaleza (*oppidum*) de Abrantes como sentinela fundamental do Tejo, a remeter de imediato para a problemática localização de *Aritium Vetus*⁵.

¹ Cf. Jorge de ALARCÃO, *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988, p. 167; J. Cardim RIBEIRO, *Sintria*, 1-2, 1982-1983, p. 256 (mapa carecido de actualização); e A. M. VÁZQUEZ HOYS, «El culto a Júpiter en Hispania», *Cuadernos de Filología Clásica*, XVIII, 1983-1984, p. 94.

² José d'ENCARNAÇÃO e Joaquim Candeias SILVA, «Catálogo da epigrafia romana de Abrantes», 1982, *Abrantes – Cadernos para a História do Município*, ed. ADEPRA, inscr. 6, p. 33-34. Duas outras epígrafes, “ditas” desaparecidas e alegadamente daqui provenientes, foram entretanto por nós postas de lado, por sobre elas recair a suspeição de terem sido forjadas («Epigrafia romana de Abrantes – Quatro textos em questão», *Trebaruna*, I, Castelo Branco, 1981, p. 9-24).

³ J. M. Bairão OLEIRO, «A propósito de alguns materiais arqueológicos recolhidos no castelo de Abrantes», *Vida Ribatejana*, Janeiro de 1951.

⁴ Cf. José d'ENCARNAÇÃO, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, p. 703-706.

⁵ Com efeito, tem-se localizado *Aritium Vetus* em Alvega, quase exclusivamente em função daquela famosa placa, que foi gravada «*in aritiense oppido*

Não dispomos de muitos elementos susceptíveis de nos fornecerem indícios claros para uma datação. Os poucos caracteres existentes, embora claramente actuários como se disse, não são paleograficamente significativos; a tipologia é, porém, inusitada, primando pela simplicidade e solidez, o que nos incitaria a apontar globalmente para o século I da nossa era⁶.

JOAQUIM CANDEIAS SILVA
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO



301

veteri», no ano 37 d. C., e que apareceu por ali, junto ao Tejo. A verdade é que não existe nas proximidades daquela aldeia nenhum ópido, ao contrário do que se verifica em Abrantes, e o juramento dos Aricienses poderia ter sido colocado em sítio visível, não no centro do ópido, mas num ponto estratégico do seu limite territorial...

⁶ O estudo deste monumento integra-se num trabalho de conjunto das *Estações Arqueológicas do Concelho de Abrantes*, que há vários anos aguarda publicação pela Câmara Municipal de Abrantes (com prefácio de Jorge de Alarcão) e cujo levantamento de base foi efectuado por J. Candeias da Silva em colaboração com Álvaro Batista, a quem se agradece a quota parte de intervenção para que os resultados desta ficha de trabalho fossem possíveis.

Ficheiro Epigráfico, 67, 2001

INSCRIÇÃO FUNERÁRIA ROMANA DE COVELO – VALADARES (S. PEDRO DO SUL)

Em meados de Setembro de 2002, o Dr. José Fernandes Tavares dava conhecimento à Extensão Territorial do Instituto Português de Arqueologia, em Viseu, da existência de uma estela funerária integrada na parede de um palheiro, na povoação de Covelo, freguesia de Valadares¹. Desconhece-se o local exacto da sua proveniência bem como a época do reaproveitamento.

O Covelo situa-se no limite do território dos *Paesuri* com a *civitas* de Viseu, segundo Inês Vaz², na encosta sudeste da Serra da Gravia, atravessada pela via II com início naquela cidade³.

A estela, de granito de grão médio, apresenta uma cabeceira ou frontão arredondado, em que se vê esculpida uma rosácea sexifólia com 9 cm de diâmetro e, numa cartela com 13 x 24⁴, um crescente em relevo (com 19 cm entre as pontas viradas para cima e 4 cm na largura máxima), elementos vulgares de que registamos, a título de exemplo, paralelos no Crato⁵ ou no vizinho concelho de Castro Daire⁶.

¹ Agradecemos ao Sr. Hilário dos Santos Rodrigues as facilidades concedidas para acesso à inscrição bem como ao nosso amigo Eng^o Fernando Patrício Curado pela ajuda no registo fotográfico e interpretação da epígrafe.

² João L. Inês Vaz, *A Civitas de Viseu, Espaço e Sociedade*, Série História Regional e Local, n.º 2, CCRC, Coimbra, 1997, p. 326.

³ IDEM, *ibidem*, pág. 378.

⁴ Todas as medidas são apresentadas em centímetros.

⁵ Helena Fraude, «Estela funerária do Crato», *Ficheiro Epigráfico*, 2, 1982, inscrição n.º 9.

⁶ Fernando Patrício Curado, «Estela de Lamas de Moledo (Castro Daire)», *Ficheiro Epigráfico*, 30, 1989, n.º 135.

Uma segunda cartela, com 25 x 24, foi preenchida com o texto da inscrição agrupado em quatro linhas. Cerca de 6 cm abaixo desta, regista-se o início de um dos braços de uma cruz latina gravada sobre a estela quando esta já se encontrava reutilizada no cunhal sudoeste do palheiro, posição que nos permitiu constatar a existência de um pequeno ressalto, na base da estela, com 4 x 20 x 19, cuja eventual finalidade seria a fixação do monumento.

Dimensões: 133 x 34 x 23.

Campo epigráfico: 25 x 24.

LVCANVS / SILONIS F(*ilius*) / A(*nnorum*) XXV (*quinque et viginti*) ATI (*vel T*)/A MATER F(*aciendum*) C(*uravit*)

Lucano, filho de Silão, de 25 anos. A mãe, Átia (ou Ata?), mandou fazer.

Altura das letras: 4,5. Espaço superior: 1 (2 sobre o S); inferior: 2.

Boa paginação, aproveitando totalmente a largura da cartela, à excepção da l. 3 onde o I termina a 2 cm do limite do campo epigráfico. Este espaço será ligeiramente menor se esta letra for um T, não obstante os dois exemplares, na l. 3 e l. 4, se apresentarem praticamente desprovidos de travessão; este deduz-se unicamente pelo ligeiro aspecto cuneiforme da parte superior do sulco vertical. De igual modo, os LL quase se confundem com os II, dada a tímida haste horizontal. Os FF têm as duas barras quase unidas. Os NN, bem gravados, apresentam-se ligeiramente inclinados à direita. Os AA sem barra horizontal. O R, feito a partir do P, ostenta uma haste, em curvatura, alongada. O único O da inscrição, na l. 2, quase no centro geométrico do campo epigráfico, sobressai pela perfeição.

Pela onomástica, vemos tratar-se de indígenas bastante romanizados.

Lucanus está documentado, nomeadamente no território da *civitas* de Viseu, sendo, no dizer de Inês Vaz, cognome latino de origem étnica, aparecendo em todo o Império Romano usado centenas de vezes e por todas as classes sociais, desde escravos a senadores⁷.

⁷ João L. Inês VAZ, *A Civitas de Viseu, Espaço e Sociedade*, Série História Regional e Local, n.º 2, CCRC, Coimbra, 1997, p. 248.

Silo, embora registado pela primeira vez nesta região, aparece documentado na Península Ibérica mais de uma dezena de vezes, incluindo proveniências de Bragança à Egitânia⁸.

O desgaste da inscrição, mais acentuado nas duas últimas linhas, levar-nos-á a ler o antropónimo feminino ATIA, embora deixemos em aberto a hipótese de ATTA⁹. Ambas as formas se encontram registadas, parecendo-nos, todavia, mais vulgar a primeira, embora com a grafia ATTIA¹⁰.

Poderá tratar-se de um monumento dos inícios do séc. II.

ANTÓNIO JOÃO NUNES MONTEIRO



302



⁸ José VIVES, *ILER*, Barcelona, 1971, n.ºs 2295, 4433, 4537, 4856.

⁹ J. GÓMEZ-PANTOJA e Sara FERNÁNDEZ MEDINA, «Una nueva gentilidad en un epígrafe de San Leonardo de Yague (Soria)», *Ficheiro Epigráfico*, 61, 1999, inscrição n.º 277.

¹⁰ José d' ENCARNACÃO, «Fragmento de placa funerária», *Ficheiro Epigráfico*, 28, 1988, n.º 130.

UMA ESTELA FUNERÁRIA DE *AMMAIA*

José Gomes Esteves, que residiu em Nisa, escreveu a José d'Encarnação, a 10 de Março de 1985, a informar, na sequência de solicitação feita, que possuía, de facto, dois fragmentos de outras tantas «pedras romanas com inscrição que muito gostosamente» punha à sua disposição para estudo. De então para cá, diligências várias se fizeram, ano após ano, no sentido de se proceder a esse estudo, mediante interpostas pessoas que nunca tiveram ensejo de contactar com o proprietário das peças. Tal desiderato foi, enfim, conseguido, em Setembro de 1996, por José Rafael Correia da Silva: o Dr. José Fernando Gomes Esteves, então Director Regional de Saúde Pública, filho de José Gomes Esteves, amavelmente o acompanhou a Marvão, a casa que seu pai tinha na Rua Luís de Camões, onde as referidas peças se encontravam¹.

Segundo informação do proprietário, as epígrafes, provenientes da cidade de *Ammaia*, sita na freguesia de S. Salvador de Arame-nha, concelho de Marvão, distrito de Portalegre, haviam-lhe sido oferecidas «há mais de trinta anos».

Trata-se de dois fragmentos de estelas funerárias, de granito castanho da região, com a tipologia típica daquela cidade: altas, de campo epigráfico rebaixado em relação à moldura que é do tipo gola directa rodeada de filete; o coroamento seria semicircular, eventualmente com decoração floral a meio. Resta-nos de ambas a parte inferior, mas da segunda – que estudaremos noutra lugar por não ser inédita, embora tenha sido dada como perdida (IRCP 622) – sabemos que seria, na verdade, «cippus rosa ornatus».

¹ Agradecemos ao Dr. José Fernando todas as facilidades concedidas. À memória de seu pai, já falecido, que foi professor no concelho de Marvão durante 40 anos, dedicamos este trabalho.

Dimensões: (36) x 41,5 x 14/16.
Campo epigráfico: (25) x 29.

[...] [...] / TORI LIB(ertus vel -erta) / ANN(orum) (hedera)
(?) LIX (?) (novem et quinquaginta)? / VENERIA / LIB(erta)
(hedera) F(aciendum) · C(uravit) / H(ic) · S(ita, -us) · E(st) · S(it)
· T(ibi) · T(erra) · L(evis)

Aqui jaz (...), liberto(a) de (...), de 59 (?) anos. Venéria, liberta, mandou fazer. A terra te seja leve.

Altura das letras: 4,5/5.

A fotografia² e a observação do monumento não nos permitem, de momento, a resolução das únicas duas dúvidas de interpretação que o texto suscita. A primeira prende-se com o nome do patrono: a segunda letra, mau grado uma certa tendência para a verticalidade à esquerda, afigura-se-nos mais ser um O que um D; e, antes, embora ténue, divisa-se um traço vertical; por conseguinte, -TORI é uma hipótese viável, embora ainda mais aliciante se apresente -PORI (de eventual P aberto ou de pança elevada em relação à linha), de um eventual TAPORI³. A segunda dúvida refere-se à idade: a pedra apresenta aí algumas mossas, de forma que, se o I e o X parecem identificar-se bem, não se poderá garantir a ausência de algo mais, embora, pelo alinhamento com o B de cima, a hipótese que apresentamos se nos afigure viável.

A paginação é cuidada, de alinhamento à esquerda, com espaços interlineares regulares, tendo sido ocupado todo o espaço disponível. Os caracteres, actuários, denotam a dificuldade sentida pelo lapicida em talhar o granito; daí os vértices das letras (veja-se o N, o H, o L) estarem como que ‘empastelados’. As barras são curtas, apresentando-se levemente oblíquas as dos E; B assimétrico; R feito atabalhoadamente a partir do P (observe-se o da l. 3).

A epígrafe documenta, como outras do mesmo horizonte cultural (IRCP 629, por exemplo), a relativamente precoce adopção do

² A única possível até ao momento, tendo sido o contraste obtido por utilização de farinha sobre a superfície, que, em seguida, cuidadosamente se limpou para ficar apenas nos sulcos das letras.

³ Recorde-se que da mesma zona procede um fragmento que traz TAPORO (IRCP 636).

processo jurídico romano da libertação nesta área da Lusitânia, que se estende até o território da *Civitas Igaeditanorum*⁴. E, por outro lado, um certo orgulho em perpetuar na pedra essa condição social que, longe de ser opróbrio, indicia estatuto social e – porque não? – económico relevante.

Serão, mui provavelmente, de origem indígena, as personagens referidas neste epitáfio – libertas tanto a defunta como a dedicante, liberta, aliás, a segunda da primeira – mas já se encontram bem enquadradas nos esquemas epigráficos latinos, o que inclusive se patenteia no uso das heras com evidente função estética também. *Veneria* é antropónimo que pela segunda vez se documenta no Sul do território português⁵.

Pela paleografia e pela simplicidade do texto, será monumento datável dos século II da nossa era.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
JOSÉ RAFAEL CORREIA DA SILVA



303

⁴ Vide, de José d'ENCARNAÇÃO, «Libertos no termo da Egitânia romana», *Materiais*, II série, Ano 1, N° 0, Agosto 1996, vol. 2, p. 13-19.

⁵ Cf. FE 260 (= AE 1997 769, HEp 7 1991 1181), procedente da zona de Borba. Aí nos referimos em pormenor a este antropónimo e aos seus testemunhos identificados em território peninsular.

CUPA ANEPÍGRAFA
 DA ERMIDA DE SÃO BARTOLOMEU (CUBA)
 (*Conventus Pacensis*)

Tivemos conhecimento do achado da presente *cupa*, graças ao simpático convite que nos foi feito endereçado pelo Senhor Alberto Filipe Serrano, Coordenador do Museu de Arte Sacra e Arqueologia de Vila Alva, para estudar os materiais arqueológicos depositados nas colecções do Museu.

Este monumento foi recolhido, por volta de 1984 ou 1985, nas vinhas que rodeiam a arruinada ermida de São Bartolomeu, na freguesia de Vila Alva, concelho de Cuba. Na visita que efectuámos ao local do achado, encontrámos vários fragmentos de *lateres* e de *dolia*, indiciando a existência de uma estação romana, provavelmente um casal, tendo em conta o tipo de materiais encontrados e a sua área de dispersão, que parece não ultrapassar os 1,5 hectares.

A *cupa* não conservou quaisquer vestígios de inscrição, provavelmente destruída pela abertura, nos topos, dos encaixes para a sua reutilização como pedra de lagar. Apresenta soco e quatro aduelas no dorso. Foi talhada em mármore local, branco com veios acinzentados, e tem as dimensões máximas de 86 x 43 cm, com 31 cm de altura.

Trata-se de mais um achado dentro da área definida por José d'Encarnação (*IRCP*, p. 851) onde a *cupa* é a tipologia dominante dos monumentos funerários romanos.



A. M. DIAS DIOGO
 LAURA TRINDADE
 JORGE FEIO